

## MODELO DE REQUERIMENTO

Senhor Secretário

Secretaria da Saúde do Estado do Paraná

Curitiba - Paraná

Referente - enquadramento funcional

.....,  
brasileiro, casado, servidor público, atendente de enfermagem ou auxiliar de saúde, portador da cédula de Identidade/RG nº ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., residente e domiciliado à Rua....., cidade....., Paraná, CEP....., vem EXPOR E REQUERER o que segue:

### 1. SITUAÇÃO FÁTICA

O requerente foi admitido pelo Estado do Paraná, no cargo de, em ..... Em anexo cópia da ficha funcional que contém o registro da data de ingresso no serviço público estadual. Desde o princípio das atividades funcionais o Requerente atuou no contato direto com pacientes e fazendo tarefas conforme descrito no Decreto n 94.406 de 1987 que regulamentou a lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências.

Art. 11 – O Auxiliar de Enfermagem executa as atividades auxiliares, de nível médio, atribuídas à equipe de Enfermagem, cabendo-lhe:

I – preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

II – observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

III – executar tratamentos especificamente prescritos ou de rotina, além de outras atividades de Enfermagem, tais como: ministrar medicamentos por via oral e parenteral;

realizar controle hídrico; fazer curativos; d) aplicar oxigenoterapia, nebulização, enterocлизма, enema e calor ou frio;

e) executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;

f) efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;

g) realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;

h) colher material para exames laboratoriais;

i) prestar cuidados de Enfermagem pré e pós-operatórios;

j) circular em sala de cirurgia e, se necessário, instrumentar;

l) executar atividades de desinfecção e esterilização;

IV – prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, inclusive:

a) alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se;

b) zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependência de unidades de saúde;

V – integrar a equipe de saúde;

VI – participar de atividades de educação em saúde, inclusive:

a) orientar os pacientes na pós-consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de Enfermagem e médicas;

b) auxiliar o Enfermeiro e o Técnico de Enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde;

VII – executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes:

VIII –participar dos procedimentos pós-morte.Com o advento da aprovação da legislação federal descrita no parágrafo anterior, era exigência que o Requerente para continuar no exercício da profissão e permanecer no contato direto com o paciente era obrigatória a realização do curso de auxiliar de enfermagem.

Considerando a aptidão profissional e identificação com as tarefas específicas, o Requerente se esforçou e retornou aos bancos escolares para obter aprimoramento na

Qualificação e no exercício profissional na área de enfermagem.

E em 19.....o Requerente concluiu o curso de auxiliar de enfermagem. Após isso, continuou participando de atividades extra curriculares na área e, sempre que tinha oportunidade, realizava atividades de formação para que o exercício profissão fosse qualificado e atualizado.

Em anexo, o Requerente disponibiliza a comprovação de cópia do certificado de auxiliar de enfermagem e demais cursos dos quais participou.

Ou seja, é incontroverso o que o(a) Requerente se capacitou na área de atuação. Irrefutável também é que o(a) Requerente ter ficado em desvio de função. Isso porque a Secretaria do Estado da Saúde não realizou concurso público no período compreendido entre 1988 a 2009 e os dados da própria Sesa demonstram que o quadro de auxiliares e técnicos de enfermagem contratados era muito aquém da necessidade da administração pública.

O Requerente também disponibiliza junto a esse expediente declaração comprobatória de sua chefia imediata demonstrando que está em desvio de função e no exercício de função para o qual se habilitou.

Em suma, a situação funcional do Requerente atende a todos os requisitos da nota técnica da PGE, emitida em 2010 para a obtenção do reenquadramento funcional.

Não o bastante é preciso considerar a decisão do dia 22 de agosto do corrente ano em que o Tribunal de Contas aprovou como regular a alteração de cargo e função.

## P E D I D O

O Requerente pretende A CORREÇÃO DO ENQUADRAMENTO, ou seja, enquadrados na função de auxiliar de enfermagem , nível de segundo grau, cargo denominado atualmente pela Lei 13.666 de 2002, de Agente de Execução. Também, pugna para que o Estado do Paraná faça a correção nos seus vencimentos, ou seja, ao ser reenquadrado na tabela de agente de execução haja a correlação entre as tabelas sendo mantidas a classe e referência salarial na qual o servidor está atualmente. Para exemplificar, o Requerente está na classe \_\_\_\_ referência\_\_\_\_da tabela de agente de apoio, sua transposição será para a mesma classe e mesma referência da tabela de agente de execução.

Pede e espera deferimento.

Curitiba, .....de..... de 2013

.....